

Clivagens entre liberais e realistas no «ensino superior» do Porto: a Academia Real da Marinha e Comércio e a Régia Escola de Cirurgia (1826-1834)

Francisco Miguel Araújo¹

Introdução

A fundação do «ensino superior» no Porto em inícios de Oitocentos teve como principal protagonista D. João VI que, correspondendo aos interesses e solicitações das autoridades municipais e económicas da cidade, aquiesceu na renovação do circunscrito quadro de estudos públicos oferecidos pelas Aulas de Náutica (1762) e de Debuxo e Desenho (1779). Ainda como príncipe regente patrocinou a fundação da Academia Real da Marinha e Comércio da cidade do Porto (*Alvará Régio de 1803* de 9 fev. 1803), já monarca constitucional autenticou as Régias Escolas de Cirurgia de Lisboa e do Porto (*Alvará n.º 124* de 25 jun. 1825)².

1. Investigador do CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e colaborador do IHC - Instituto de História Contemporânea, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Email: frmi.araujo@gmail.com.

2. Cf., entre outras referências, LEMOS, 1925; BASTO, 1937; SANTOS, 2011; FERRAZ, 2013 e ALVES, ARAÚJO, 2014.

No entanto, uma necessária reserva deve ser sublinhada quanto à designação de «ensino superior» neste quadro educativo da época, uma vez que juridicamente era muito global e heterogéneo o título de «estudos menores», a englobar todos os ramos da Instrução Pública, desde os graus primário ao secundário, dos níveis mais elementares aos técnico-profissionais. Aliás, até às destacadas reformas político-educativas do Setembrismo, a Universidade de Coimbra resguardou essa singular distinção de corolário do sistema educativo português, perseverando muito depois numa hegemonia académica face aos demais estabelecimentos de ensino.

Tal fez-se sentir na imagem institucional e funcionamento orgânico dessas principais instituições portuenses, as únicas a habilitar os seus alunos com cursos completos dentro de um parcial universo politécnico — matemática, cirurgia, comércio, agricultura, pilotagem e desenho —, entre imprecisões curriculares, pedagógicas e até estatutárias. Por exemplo, na Academia Real coexistiam aulas de primeiras letras com outras preparatórias e de especialização científico-técnica, alguns dos docentes reivindicavam as categorias de lente e de faculdade para as suas cadeiras e no conselho académico ia-se debatendo a aplicação de algumas disposições universitárias. Enquanto na Régia Escola os lentes diferenciados no magistério entre medicina e cirurgia, somente podiam certificar os estudantes para a última dessas artes, cujas prerrogativas profissionais eram bem mais modestas face aos bacharéis da Faculdade de Medicina de Coimbra.

Com o passar do tempo, ambas se afirmaram como importantes centros de conhecimento científico e cultural, em paralelo, convertendo-se em espaços privilegiados de sociabilidade intelectual e cívica que acompanharam as determinantes mudanças de um «Porto: coração do liberalismo»³. Aquando da eclosão da revolução liberal de 1820 no burgo, logo a comunidade académica da Academia Real da Marinha e Comércio manifestou o seu apoio à causa constitucional, com vários dos seus elementos a participar na construção da nova ordem política e social; a ela juntar-se-á mais tarde a Régia Escola de Cirurgia, desde a sua abertura espelhando um forte pendor desse mesmo ideário de liberdade e igualdade.

Não será por isso de admirar que detendo o Porto uma posição central na defesa e consolidação do liberalismo, por vezes mesmo nevrálgica, na intrincada

3. SERRÃO, 1977: 236.

sucessão dos acontecimentos revolucionários e contrarrevolucionários de 1826 a 1834, os seus ecos tenham influído sobre estes espaços educativos: sublevações estudantis, atos legislativos, demissões e nomeações de professores e lentes, suspensão das atividades académicas, entre outros. Nem sempre exequível de aflorar na sua amplitude pelas fontes documentais, dadas as circunstâncias do momento histórico, caso da legislação e ofícios régios⁴ ou da carência de notícias na parca imprensa periódica e de registos memorialísticos sobre essas vivências académicas.

Focos das clivagens entre liberais e realistas e das repercussões das suas lutas, a transfiguração das finalidades educacionais, culturais, científicas e ideológicas da Academia Real da Marinha e Comércio e da Régia Escola de Cirurgia, génese do «ensino superior» na cidade do Porto, ilustram a relevância da educação e da formação cívica delineada pelo constitucionalismo monárquico há cerca de 200 anos.

1. Transfigurações político-educativas no «ensino superior» portuense

1.1. Do triunfo da revolução liberal à usurpação miguelista (1820-1828)

Os primeiros anos de implementação do regime liberal no reino de Portugal, mau grado a importância reconhecida à Instrução Pública pelos governos vintistas, ficariam marcados por um certo imobilismo no desenho do sistema educativo preexistente na cidade do Porto. De facto, a Academia Real da Marinha e Comércio impôs-se como o principal estabelecimento de ensino público local, uma vez que a Régia Escola de Cirurgia só seria formalmente institucionalizada em finais de 1825, ambas subordinadas à Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, mas com evidentes disparidades nas suas estruturas orgânico-funcionais.

4. A complexa sucessão e coexistência no tempo de governos de regência e monárquicos, cada um deles advogando a soberania régia para legislar segundo os seus ideários políticos, determinaram que muitas vezes esta documentação oficial fosse interdita em termos de impressão ou de divulgação pública. No caso dos processos judiciais da Alçada do Porto (1828-1832), durante a guerra civil muitos deles foram irremediavelmente extraviados.

Em concordância com o seu decreto fundador, a Academia Real do Porto manteve-se sob a direção, inspeção e administração burocrática da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, relegando na sua junta da administração toda a fiscalização administrativo-financeira, com a figura do diretor literário a assumir a gestão dos assuntos académicos propriamente ditos. Contudo, fruto da discussão política sobre o papel das companhias monopolistas no novo cenário económico, ao longo do constitucionalismo monárquico de D. João VI, as mais relevantes medidas legislativas promulgadas dirigiram-se num mesmo sentido de salvaguardar tais disposições primordiais: a remuneração dos docentes (*Ofício de 27-01-1823*), a superintendência pela Real Companhia Velha (*Alvará n.º 91* de 13 out. 1824) e a revisão do seu modelo de financiamento (*Alvará n.º 130* de 16 ago. 1825).

Defraudada a singular proposta de uma revisão do plano geral de estudos pelo deputado Francisco Soares Franco⁵, a centralização e profunda heterogeneidade do seu paradigma educativo subsistia como um cunho distintivo face às suas congéneres da capital: o Real Colégio dos Nobres e as Academias Reais de Fortificação, Artilharia e Desenho, a de Marinha e a dos Guardas-Marinhas. No conjunto de uma dezena de aulas disponibilizadas, quer como propedêuticas e/ou práticas — primeiras letras, náutica, línguas inglesa e francesa, filosofia racional e moral — quer integradas em planos de estudos específicos de cursos como os de desenho, matemática, comércio, pilotagem e agricultura; a mescla de áreas de conhecimento, níveis de instrução e até de imprecisão pedagógica reflete-se na análise prosopográfica do seu corpo docente (Tabela 1).

5. Cortes – Extracto da sessão de 4 de Janeiro, 1823: 26.

NOME	NATURALIDADE	HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	CATEGORIA	DATAS DE NOMEAÇÃO		CARRERA ACADÉMICA				IDÁRIO POLÍTICO
				SUBSTITUÍDO	INTERREGNO	INTERREGNO	EXONERAÇÃO	RECONDUÇÃO	JUBILAÇÃO	
Raimundo Joaquim de Costa (1778-1842)	Lisboa	Curso de Desenho (AFDL)	Professor de Desenho	1803	1812	1812	1813	+	+	+
Andrino Pedro Gonçalves (1798-1828)	Ponte	Curso de Comércio (ABMCP)	Letra de Comércio	1806	1826	1826	†	†		Realista
Pedro Gonçalves Salazar	+	+	Medico de Aparelho Naval	+	1812	1812	1812	+	+	Realista
Andrino Dias de Faria	+	+	Professor de Lingua Inglesa	1811	1828	1828	1832	†		+
Joaquim Baptista Ribeiro (1790-1848)	Vila Real	Curso de Desenho (ABMCP - 1813)	Professor de Desenho	1811	+	+	+	+	(1853)	(Liberal)
Joaquim António de Oliveira	Coimbra	Bacharel em Leis (E.C. - 1798)	Letra de Matemática (1.º ano)	+	1829	1829	1829	1832	1834	Liberal
José Duarte Salazar Amador (1775-1828)	Ponte	Bacharel em Medicina (E.C. - 1808)	Letra de Filosofia Racional e Moral	1813	1832	1832	1832	+	+	Realista
Joaquim Carlos de Miranda	+	Curso militar (AFADL)	Letra de Matemática (2.º ano)	1813	1832	1832	+	+	(1843)	+
Andrino José da Costa Lobo (1766-1848)	Ponte	Curso de Matemática (ABMCP - 1807)	Letra de Matemática	1814	+	+	1829	1832	(1839)	Liberal
José António de Castro (1791-1824)	Ponte	Curso de Matemática (ABMCP - 1807)	Letra de Matemática (3.º ano)	1814	1832	1832	1829	1831	+	(Liberal)
Agostinho Manoel da Silveira Pinto (1785-1822)	Ponte	Doutor em Filosofia (E.C. - 1806)	Letra de Agricultura	+	+	+	1829	1832	1834	Liberal
Andrino Teixeira de Magalhães (1.º - 1827)	+	+	Deputado interno	+	+	+	1834	†	†	+
José Luís Coutinho Morrey (1781 - c. 1833)	Vila Rica	Curso de Desenho (ABMCP)	Professor de Primitivas Letras	1816	1826	1826	†	†		Realista

Joaquim Navarro de Andrade (1764-1831)	Guimarães	Doutor em Medicina (L.C. - 1788)	Diretor Escolar	*	1830	1830	T	1830	Liberal
Francisco Joaquim Maia (1789 - 1854)	Porto	Curso de Comércio (1807 - 1818)	Lente de Comércio	1819	*	1829	1832	1832	Liberal
Francisco Soares Ferreira (1777 - c. 1831)	Porto	Curso de Matemática (1807)	Professor de Língua Francesa	*	*	1829	F	1832	(Reafila)
João Carneiro de Sousa (1791-1858)	Porto	Licenciado em Medicina (L.C. - 1828)	Lente de Matemática	1820	*	1829	1832	1832	Liberal
Genúlio Barbosa Bettencourt (? - 1827)	*	*	Lente de Comércio	1824	*	*	T	*	*
Luís José Monteiro (1799-1867)	Porto	*	Professor de Primeiras Letras	1825	1828	1828	1832	1832	*
			Professor de Língua Inglesa	1828	1832	1832	*	1832	*
Pedro António Soares resoso	Porto	Bacharel em Medicina (L.C. - 1828)	Lente de Filosofia Nacional e Moral	1827	1832	1832	*	1832	*

Tabela 1. Breve prosopografia dos lentes e professores da Academia Real da Marinha e Comércio da cidade do Porto (1826-1834)

Legenda:
 APDL – Aula Pública de Desenho de Lisboa;
 ARFADL – Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho de Lisboa;
 ARMCP – Academia Real da Marinha e Comércio do Porto;
 UC – Universidade de Coimbra.

A maior prevalência da cidade do Porto e da região Norte entre as origens geográficas destes elementos justificava esse peso preponderante da própria Academia na sua formação académica e subsequente recrutamento, em comparação com os estabelecimentos lisboetas e a Universidade de Coimbra⁶. Esta diversidade de histórias de vida, desde os seus contextos sociofamiliares, percursos académicos e até de postura cívica, foi gradualmente extremando as posições públicas individuais entre absolutismo e o liberalismo⁷, embora o conselho académico publicamente se manifestasse leal à autoridade régia de D. João VI, na sequência dos vários episódios contrarrevolucionários entre 1823⁸ e 1824⁹.

Por seu lado, na recém-instituída Régia Escola de Cirurgia delineavam-se ainda as diretrizes do seu funcionamento (*Decreto n.º 137* de 10 set. 1825), fosse pela transferência dos alunos dos antigos cursos de cirurgia em escolas regulares civis ou militares, a ingerência máxima do cirurgião-mor do reino ou até mesmo os valores consignados pela dotação anual oferecida pelos contratadores gerais do tabaco. A organização em cinco anos do novo curso de cirurgia, subdividido entre as componentes médica e cirúrgica, ditava uma natural variedade de proveniências e habilitações académicas entre os lentes proprietários e substitutos nomeados para cada uma dessas áreas¹⁰ (Tabela 2).

6. Deverá ser frisado, contudo, que muitos destes bacharéis conimbricenses aqui se tivessem matriculado previamente, apresentando a certidão de aprovação na cadeira de Filosofia Racional e Moral, uma das exigidas para o ingresso nos estudos universitários.

7. Após a vitória da revolução de 24 de agosto de 1820, várias destas personalidades revelaram sem pudor a sua adesão à nova ordem política, o que poderá aludir a um apoio prévio sub-reptício na esfera da Maçonaria. Por exemplo, o maçom Agostinho da Silveira Pinto, igualmente membro da Sociedade Patriótica do Porto (1820) com J. Carneiro da Silva, J. Avelino de Castro e J. Francisco Gonçalves; este último também deputado às cortes, a par do diretor J. Navarro de Andrade. Em posição antagónica, somente José Luís Coelho Monteiro se assumiria como um realista convicto, condenado ao desterro por implicação na revolta do conde de Amarante (1823) e autor do folheto *Maçonismo desmascarado ou breve opusculo em que com factos e raciocínios se prova como o Maçonismo he o Judeísmo* (1823 – 4 edições e 2012).

8. *Cortes — Extracto da sessão de 22 de Março*, 1823: 611-612; *O Director e mais Empregados da Academia Real* [...], 1823: 1192-1193.

9. *Ministerio dos Negócios do Reino*, 1824: 730.

10. Até à abolição da distinção entre habilitações académicas e profissionais de médicos e cirurgiões em 1866, a regência das cadeiras de matéria médica nas Régias Escolas de Cirurgia/Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e do Porto eram exclusivas aos bacharéis graduados pela Faculdade de Medicina de Coimbra.

No entanto, terá sido com estupefação junto da ala liberal portuense, que se assistiu ao cumprimento cabal da normativa que designava o seu diretor escolar, por inerência atribuído ao subdelegado do cirurgião-mor na comarca do Porto, então exercido por Bernardo Campeão. Não só por se tratar do lente mais jovem em idade e formação escolar entre os bacharéis, situação aviltante face a Francisco Pedro de Viterbo¹¹, em particular; mas pelo seu «comportamento político, morigeração, factos escandalosos, probidade, e desinteresse»¹² terem ratificado a sua expulsão da Universidade de Coimbra por envolvimento na Abrilada de 1824.

Precisamente, na sucessão de eventos que medeiam a morte de D. João VI e a outorga da Carta Constitucional por D. Pedro IV, no verão de 1826, procurou-se reverter a orientação e influência do diretor da Escola de Cirurgia, pela maioria desse conselho académico qualificada de prevaricadora. Perante o intencional protelar do juramento ao novo texto jurídico, os demais colegas insistiram junto da Coroa que o estabelecimento educativo não se imiscuisse de tal preceito legal, o que levou à exoneração de Bernardo Campeão do cargo «a seu pedido e substituído pelo dr. Agostinho Albano da Silveira Pinto»¹³, médico e professor da Academia da Marinha e Comércio.

Na crescente agitação nacional resultante dos compromissos político-diplomáticos para firmar o reinado da jovem D. Maria da Glória, o Porto voltaria a surgir como um dos epicentros desses velhos e emergentes antagonismos. A própria divisão do partido liberal entre vintistas e cartistas, nos últimos meses da regência da infanta D. Isabel Maria, marcaria o agudizar de toda esta instabilidade político-ideológica.

11. Este lente da 2.ª cadeira, além de médico no Hospital Real de Santo António desde 1819, estabelecimento da Santa Casa da Misericórdia do Porto, onde a Escola de Cirurgia tinha sido instalada; fora alvo de perseguição da Intendência Geral da Polícia pela sua ação política pró-liberal, chegando mesmo a ser condenado a desterro temporário em Trancoso, em inícios de 1824.

12. CARVALHO, 1868: 79. Na transcrição das fontes da época procedeu-se à atualização exclusiva da ortografia.

13. LEMOS, 1925: 25.

NOME	NATALIDADE	HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	CATEGORIA	DATAS DE NOMEAÇÃO		CARRERA ACADÊMICA				IDOLÁRIO POLÍTICO	
				SUBSTITUTO	PROPRIETÁRIO	INTERREGNO	EXONERAÇÃO	RECONDUÇÃO	JUBILAÇÃO		
Vicente José de Carvalho (1792-1851)	Sertral	Curso de Cirurgia (PGL - 1811)	Lente de Anatomia e Fisiologia (1.ª cadeira)	+	1825	+	+	+	+	+	Liberal
Francisco Pedro de Vitorino (1787-1848)	Valongo	Bacharel em Medicina (L.C. - 1818)	Lente de Matéria médica, Farmácia e Higiene (2.ª cadeira)	+	1825	1828	+	1832	+	+	Liberal
Antônio José de Sousa (1789-1837)	Porto	Curso de Cirurgia (PGLP - 1805)	Lente de Patologia externa e Clínica Cirúrgica (3.ª cadeira)	+	1825	1828	+	1832	+	+	Liberal
Joaquim Inácio Valente (c. 1789-1833)	Lisboa	Curso de Cirurgia (PML)	Lente de Medicina operativa, Arte obstétrica e Fiebre forense (4.ª cadeira)	+	1825	+	+	+	+	+	Liberal
Bernardo Pereira da Fonseca Campêlo (1793-1834)	Meação Frio	Bacharel em Medicina (L.C. - 1823)	Lente de Patologia interna e Clínica médica (5.ª cadeira)	+	1825	1832	+	+	+	+	Realista
Bernardo Joaquim Pinto (1795-1852)	Bealó	Curso de Cirurgia (PGL)	Director		1825	+	1826	+	+	+	
Alcântara de Sousa (1781-1834)	Cristas	Bacharel em Medicina (L.C. - 1820)	Lente (1.ª e 4.ª cadeiras)		1825	1828	+	1832	+	1828	+
Francisco de Assis e Sousa Vaz (1797-1870)	Porto	Curso de Cirurgia (PGLP - 1815)	Lente (2.ª e 5.ª cadeiras)		1825	+	+	+	+	+	Liberal
			Lente (6.ª cadeira)		1825	1828	+	1832	+	1828	+

NOME	NATALIDADE	HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	CATEGORIA	DATAS DE NOMEAÇÃO		CARRERA ACADÉMICA				IDÁRIO POLÍTICO
				SUBSTITUTO	PROPRITÁRIO	INTERREGNO	EXONERAÇÃO	RECONDUÇÃO	JUBILAÇÃO	
António Ferreira Braga (1800-1870)	Mecosínicos	Curso de Cirurgia (1844)	Ponente & Ajudante (1.ª cadeira)	+	1826	+	1826	(1836)	+	1826
António Alves Ferreira (?-1828)	+	+	Ponente & Ajudante (1.ª cadeira)	+	1826	+		†		+
Agostinho Albano da Silveira Preto	(-)	Bacharel em Medicina (UC - 1813)	Director	+	1826	+	1829	1832	+	1829

Tabela 2. Breve prosopografia dos lentes da Régia Escola de Cirurgia da cidade do Porto (1826-1834)

Legenda:

HML – Hospitais Militares de Lisboa;
 HSAP – Hospital de Santo António do Porto;
 HSJL – Hospital de S. José de Lisboa;
 UC – Universidade de Coimbra.

Em outubro desse ano, uma conspiração contra o tenente Thomas William Stubbs, governador das armas do Porto, revelaria a nova flama dos realistas em recuperar o antigo modelo absolutista, suscitada pela reabilitação de D. Miguel como regente e a sua eventual descrença pessoal nos ideais constitucionais. Após denúncia, prisão e julgamento dos implicados como «desafetas ao atual sistema de Governo, e incorrigíveis»¹⁴, a Academia Real perdia dois professores condenados ao desterro: José Luís Coelho Monteiro para a Figueira da Foz e António Pedro Gonçalves para Tentúgal.

Ao longo de todo o ano de 1827, a conjuntura no «ensino superior» portuense aparentava viver em relativa acalmia perante os prenúncios de uma guerra civil e as «Archotadas» de apoio a Saldanha¹⁵, destoando unicamente Bernardo Campeão: «charlatão pálido, de calças roxas, sábio da Graça do Porto como os outros, [...] por este tempo andava já nos clubes revoltosos, e tinha uma voz muito açucarada»¹⁶. Conquanto, as cortes nada tenham decidido sobre a proposta de criação de uma cadeira de Economia Política na Academia do Porto e na Universidade de Coimbra, nem sobre a grave pretensão dos contratadores do tabaco em reduzir a quantia anual de 10 contos de réis para as duas Escolas de Cirurgia. Numa tentativa de colher as boas graças reais para a resolução destes e outros quesitos, paradoxalmente, os dois conselhos académicos remeteriam os seus cumprimentos ao regressado D. Miguel, em fevereiro de 1828.

1.2. A reação liberal da academia ao Miguelismo (1828)

Na profusão de notícias chegadas de Lisboa sobre a aclamação de D. Miguel I como rei absoluto, logo a 25 de abril, e da convocatória dos Três Estados para legitimar a sua soberania, a cidade do Porto voltava a afirmar-se como bastião da revolta liberal. A eclosão de uma sublevação militar em Aveiro, a 16 de maio, prontamente foi adotada pelas elites portuenses instigadoras da defesa da causa de D. Maria II e da Carta Constitucional um pouco por toda a região Norte. Assim, uma Junta Provisória foi nomeada para defender a sua autoridade, sob

14. *Porto*, 1826: 140.

15. João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun (1790-1876), futuro marechal e duque de Saldanha, figura-chave do liberalismo português como político, diplomata e militar. De realçar a sua intervenção na cidade do Porto, então como governador das armas (1825-1826), na promulgação oficial da Carta Constitucional após ameaça de um pronunciamento militar.

16. MACEDO, 1833-1834: 529-530.

o beneplácito de D. Pedro, com a participação de «pessoas douradas, tementes a Deus, respeitadas ao Rei, fiéis á Carta, e de confiança pública, escolhidas das diferentes Classes da Sociedade»¹⁷, tomando parte na sua eleição os lentes Francisco Joaquim Maia e Francisco Pedro de Viterbo.

De 20 de maio a 2 de julho de 1828, coube a esta junta assumir o governo contra a fração rebelde e tradicionalista, liderando esse movimento efémero da «Belfastada», marcado por múltiplas perseguições e investidas entre os malhados pedristas e os caceteiros miguelistas. José Francisco Gonçalves, lente jubilado de filosofia racional e moral, rejeitaria o convite como membro da comissão de Censura de Escritos¹⁸, ao contrário do lente substituto de cirurgia, Bernardo Joaquim Pinto, designado como capitão do Batalhão de Voluntários Académicos do Porto¹⁹.

Aliás, desejando-se recompensar e aliciar a mocidade estudantil para as fileiras militares «em defesa da Causa da Legitimidade»²⁰ foi concedido o perdão de ato para a época de exames que se avizinhava a todos os matriculados, quer na Academia da Marinha e na Régia Escola portuenses, quer na Universidade de Coimbra. Ou seja, todos os alunos alistados no exército liberal ou que o fizessem no prazo de uma semana após a publicação dos respetivos éditos, se validada administrativamente a sua frequência escolar, eram dispensados dos exames finais com direito a matrícula no ano académico imediato pelo seu «louvável Patriotismo»²¹.

Tudo isto evidenciando que, mesmo se vivendo em clima bélico no burgo, os dois estabelecimentos de «ensino superior» iam cumprindo o calendário e atividades académicas, sem que nenhuma das comunidades académicas visse os seus membros deveras acoitados ou injuriados por ideais políticos contrários. À exceção de Bernardo Campeão, precedido pela sua fama de acérrimo realista, preso durante mais de mês e meio com outros miguelistas e descrevendo as agruras sofridas no opúsculo anónimo: *Relatorio fiel das atrocidades commettidas pela facção spoliadora de 17 de maio de 1828 contra fieis Portuguezes*²².

17. *Artigos d'Officio da Junta Provisória*, 1828: 2.

18. *Artigos d'Officio*, 1828: 1.

19. *Quartel General do Porto em 25 de Junho de 1828*, 1828: 2.

20. *Negocios do Reino*, 1828: 3.

21. *Academia R. da Marinha e Commercio*, 1828: 3.

22. TAVARES, 2004: 1056.

Goradas as hipóteses de fazer frente ao exército real do general Póvoas que avançava sobre Vila Nova de Gaia, a 2 de julho, apressadamente a Junta Provisória desonerou-se das suas funções e os principais líderes liberais recolheram ao vapor Belfast para regressar à Grã-Bretanha. No dia seguinte, o Porto era subjugado ao poder de D. Miguel I e das suas tropas, abandonado à sua sorte pela maioria dos soldados liberais que marchavam já rumo à Galiza. Entre eles, Bernardo Joaquim Pinto que partia para um longo exílio açoriano na vila da Praia — ilha Terceira, onde serviu como ajudante do comandante do distrito do Batalhão de Voluntários de D. Maria II.

1.3. As repercussões durante o pleno reinado de D. Miguel I (1828-1832)

Cedo se generalizou uma mais do que justificada apreensão no seio dos liberais da cidade do Porto com a declaração das Cortes de Lisboa de D. Miguel como o legítimo soberano, exacerbada pela criação da Alçada (*Carta Régia n.º 4-A* de 14 jul. 1828), um tribunal excepcional para devassas sobre a rebelião antiabsolutista. O modo arbitrário com que foram sendo conduzidos os processos de investigação, resultando em prisões preventivas com recurso à tortura e sentenças discricionárias e capitais, alarmou a população com a gradual consumação de um regime de terror propício a delações anónimas e vinganças pessoais.

Não obstante, até finais desse segundo semestre de 1828, a repressão não foi particularmente incisiva em nenhuma das instituições de «ensino superior», inaugurando-se os trabalhos escolares em outubro, sob a supervisão do estreante Reformador Geral dos Estudos do Reino e seus Domínios (*Decreto n.º 6-A* de 9 ago. 1828) e a restituição do financiamento das Escolas de Cirurgia (*Decreto n.º 8-I* de 19 nov. 1828). Na Academia Real da Marinha e Comércio retomaram-se os antigos cerimoniais protocolares da celebração natalícia de sua majestade, uma comissão deslocou-se a Lisboa para o real beija-mão e, talvez pressionada pela Real Companhia Velha, todos os seus assalariados foram intimados a contribuir com um donativo para o Erário Régio, em setembro desse ano²³.

Ainda que os montantes em causa comprovem a cisão de ideários políticos entre lentes e professores jubilados e no ativo, pois se grande parte ofereceu voluntariamente a soma de 10 mil réis, com Joaquim Navarro de Andrade, José

23. *Real Erario*, 1829: 45-46.

Avelino de Castro e José Salustiano Arnaud a dobrar tal quantia; outros optaram por ser mais parcós, alguns com verbas algo irrisórias: Joaquim António de Oliveira, João Carneiro da Silva, Agostinho da Silveira Pinto, Pedro Soares Veloso, António Teixeira de Magalhães, Luís José Monteiro e até o retornado José Luís Coelho Monteiro. Quiçá, motivo para que o governo do duque de Cadaval solicitasse ao diretor literário informações sobre a capacidade literária e moral de todos os docentes (*Aviso de 06-12-1828*).

Por seu turno, sensivelmente pela mesma data, a situação na Régia Escola de Cirurgia entrara numa espiral de decadência no segmento dos lentes, com Francisco Pedro de Viterbo, António José de Sousa e Francisco de Assis Vaz a se ausentarem sem justificação, com a dissimulada convivência do diretor, sobrecarregando os restantes quatro colegas com a regência das suas cadeiras. No caso desse último, então secretário do conselho académico, *a posteriori* confessará ter levado consigo os livros de registos e o dinheiro em caixa «para o subtrair á rapacidade dos rebeldes»²⁴. Em Lisboa, o cirurgião-mor Jacinto José Vieira procurava dar o apoio possível ao estabelecimento portuense, secundando as deliberações de Agostinho da Silveira Pinto e esquivando-se a uma remodelação profunda do corpo docente, pelo menos até que uma qualquer decisão judicial condenatória fosse homologada.

Chegados ao ano de 1829, as ilusões sobre a benevolência miguelista esfumavam-se no veemente cerco aos malhados que ainda resistiam na cidade do Porto, quando a Alçada finalmente avançou sobre os presumíveis conspiradores no quadro do «ensino superior». Por cartas de édito de 22 de janeiro, cinco lentes da Academia da Marinha e da Escola de Cirurgia foram notificados a comparecer perante os juízes, de modo a apresentarem defesa às acusações políticas e cívicas formuladas por terceiros. Desde logo, Agostinho da Silveira Pinto escusou-se a ser ouvido enquanto médico do consulado de Espanha no Porto, assim se mantendo durante mais de um ano até reunir e apresentar as provas contraditórias que o absolveram.

Francisco Pedro Viterbo e Francisco de Assis Vaz optaram por se homiziar com o apoio de familiares e amigos, até conseguirem embarcar clandestinamente num dos barcos ingleses na barra do Douro que os levariam ao exílio em Londres. Segundo a tradição oral, o primeiro terá subido a bordo escondido numa pipa

24. MONTEIRO, 1937: 10-12.

de vinho do Porto e integrado o núcleo de exilados políticos por D. Maria II; quanto ao segundo afastou-se das lides partidárias e rumou a França para se doutorar, em 1832, na Faculdade de Medicina de Paris²⁵. O consócio António José de Sousa foi sumariamente preso na Cadeira da Relação por mais de ano e meio, razão para que a pena lhe fosse comutada quando a oportunidade de defesa lhe foi concedida, ficando sujeito a vigilância policial por mais seis meses após a libertação.

A condenação mais gravosa de todas foi a vivida por Joaquim António de Oliveira, lente de matemática da Academia Real, de imediato preso no Aljube e transferido para a Relação, em inícios de fevereiro, onde se demorou em condições questionáveis até à abertura de instrução criminal. Somente em agosto de 1831 foi questionado para os autos e julgado no mês seguinte, punido com multa de 100 mil réis e mais três anos de prisão na praça-fortaleza de Juromenha — Alandroal; isto até à apresentação de novas provas de defesa consideradas suficientes para a transferência para S. Pedro do Sul, já em fevereiro de 1832.

Ora, a conjugação de tal episódio com o anúncio público da primeira grande sentença da Alçada do Porto, a dos célebres 12 «Mártires da Pátria», despertou uma espontânea insurreição estudantil que, a 19 de fevereiro de 1828, teve lugar nas instalações escolares da Academia. Deste modo, com o caso a ser reportado superiormente, novos processos foram levantados contra os alunos ligados quer ao Batalhão de Voluntários Académicos, quer aos ulteriores motins pró-liberais:

Por Aviso Régio, expedido pela Secretaria d'Estado da Reforma Geral dos Estudos á Ilustríssima Junta da Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, Inspetora da Academia Real da Marinha e Comércio da Cidade do Porto, com data de 11 do corrente Maio, foram perpetuamente riscados da dita Academia os Estudantes seguintes:

3.º Ano Matemático. — Teódulo Filopátrio. Manuel Moreira Coutinho. José Teófilo de Oliveira. Tibúrcio dos Reis Barbosa.

Agricultura. — José António de Abreu. Elisbão [sic] Teixeira Pinto. Joaquim Manuel de Figueiredo Campos. José de Amorim Braga.

Comércio. — António Augusto Ripper. Manuel António. Guilherme Skinner²⁶.

25. VAZ, 1832.

26. *Artigos comunicados*, 1829: 494.

Dois dias decorridos sobre a expulsão destes 11 estudantes, idêntica purga alastrava-se a seis lentes proprietários da instituição — os dois lentes já indiciados judicialmente, António Costa Lobo²⁷, José Carneiro da Silva, Francisco Joaquim Maia e José Avelino de Castro²⁸, — cujo decreto ordenava a sua demissão e provimento dos seus cargos «pelos errados princípios que têm abraçado e sustentado, como pelo descrédito em que têm incorrido, não merecem a minha real confirmação»²⁹. Como consequências diretas desta ordem régia, o curso de agricultura foi extinto oficialmente pela pouca frequência escolar e o salário do seu lente Agostinho da Silveira Pinto aplicado na biblioteca (*Resolução de 31-07-1829*), sendo este igualmente afastado da direção da Escola de Cirurgia (*Aviso régio de 25-08-1829*).

Antes da abertura das aulas para o novo ano letivo de 1829-1830, o governo miguelista ratificava uma reformulação do regulamento interno do principal estabelecimento educativo do Porto (carta régia de 29-09-1829), incidindo sobre aspetos administrativos e académicos ao longo de 14 artigos, que principiava com um bem explícito e politicamente tendencioso: «que nas propostas ou consultas para o provimento dos lugares se especificasse, além do préstimo e suficiência literária, o merecimento religioso e civil dos propostos, ou consultados»³⁰.

27. Em 1825, a junta da administração indicara indevidamente José Avelino de Castro para a vaga de lente proprietário, o que suscitou a reclamação de António Costa Lobo como o substituto com maior graduação e antiguidade no estabelecimento. Reconhecido o lapso, o suplicante passou a ser «igualado em honras, ordenado, e prerrogativas ao Lente do terceiro ano Matemático» (*Carta Régia de 10-05-1826*).

28. Desconhecem-se os motivos que estiveram na base do inusitado volta-face deste lente, o único dos arguidos a ser reintegrado no magistério pelo regime tradicionalista (*Aviso Régio de 27-12-1831*).

29. BASTO, 1937: 117.

30. RIBEIRO, 1876: V, 347.

NOME	NATALIDADE	HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	CATEGORIA	DATAS DE NOMEAÇÃO		CARRERA ACADÊMICA		IDÉRIO POLÍTICO
				SUBSTITUTO	PROPRIETÁRIO	INTERREGNO	EXONERAÇÃO	
Domingos José de Castro	Porto	Curso de Matemática (ABMCP)	Letra de Comércio	1828	(1829)	1832	1832	+
José Maria da Silveira e Azevedo	+	+	Professor de Primeiras Letras	1829	+	1832	1832	+
Jolo Vieira Pinto	Porto	Bacharel em Matemática (U.C. - 1824)	Letra de Matemática (1.º ano)	+	1829	+	1830	(Realista)
				+	1830	1832	1832	
Frei Caetano das Dores	Ribeira de Pena	Bacharel em Matemática (U.C. - 1826)	Letra de Matemática (3.º ano)	+	1829	+	1830	
Antônio Lebre de Sousa e Vasconcelos (1799-1862)	Mealhada	Bacharel em Leis (U.C. - 1826)	Letra de Matemática (1.º ano)	1829	1830	1832	1832	+
Antônio Pereira d'Araújo Junior	+	+	Letra de Comércio	1829	+	1832	1832	Realista
Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto (1811-1893)	Crifões	Bacharel em Matemática (U.C. - 1830)	Letra de Matemática	1831	+	1832	1832	+
Henrique Ernesto de Almeida Coutinho (1768-1868)	+	+	Professor de Língua Francesa	+	1831	1832	1832	+

Augusto Requeiment (1804-1852)	Suje	Estudios artísticos (Estudios italianos)	Director da Aula de Desenho	+	1831	1832	1832	+
Sebastião Convo de Andrade (?-1838)	Porto	Doutor em Matemática (U.C. - 1807)	Director literário	+	1832	1832	1832	Realista
Régia Escola de Cirurgia do Porto								
José Duarte Salustiano Arnaud	(+)	(+)	Director interino	+	1829	1832	1832	Realista
João Tago Brandão (1806-1861)	Porto	Curso de Cirurgia (REOP - 1806)	Lente (1.ª e 4.ª cadeiras)	1829	+	1832	1832	Realista

Tabela 3. Breve prosopografia dos lentes e professores nomeados para o «ensino superior» do Porto (reinado de D. Miguel I)

NOME	NATALIDADE	HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	CATEGORIA	DATAS DE NOMEAÇÃO		CARRERA ACADÉMICA		IDOLÁRIO POLÍTICO
				SUBSTITUTO	PROPRIETÁRIO	INTERREGNO	EXONERAÇÃO	
João António da Natividade (1790-1861)	Porto	*	Mestre de Aperfeiçoar Naval	+	1832	+	(1837)	Liberal
António José Lopes Pereira Almeida (1784-1852)	Braga	Bacharel em Medicina (CJC - 1814)	Leitor de Filosofia Racional e Moral	+	1832	+	(1836)	Liberal
FRANCISCO LUIS CORREIA (1791 - 1864)	Porto	Bacharel em Medicina (CJC - 1820)	Leitor de Filosofia Racional e Moral	1832	+	+	(1836)	+
Henrique Daniel Wernik (?-1865)	+	*	Professor de Inglês	1832	+	+	1833	Liberal
João Euzébio Barbosa de Lima (s. 1798-1870)	Porto	*	Professor de Inglês	(1832)	1833	+	(1836)	+
João Luís Lopes Carneiro (1786-1860)	Porto	*	Leitor de Comércio	1833	+	+	(1836)	Liberal

Tabela 4. Breve prosopografia dos lentes e professores nomeados para a Academia Real da Marinha e Comércio (regência de D. Pedro)

Legenda:

ARMCP – Academia Real da Marinha e Comércio do Porto;

RECP – Régia Escola de Cirurgia do Porto;

UC – Universidade de Coimbra.

Tais critérios passaram a assumir um peso preponderante nas nomeações que se seguiriam até ao final deste reinado (Tabela 3), mas, curiosamente, as habilitações universitárias acabariam por ser as mais privilegiadas na seleção dos oito novos docentes da Academia neste período específico³¹, com mais de metade a atestar a sua graduação académica na Universidade de Coimbra. Isto se comparado com uma recomendável conduta cívica como a de Frei Caetano das Dores, que nem terá chegado a tomar posse do lugar, do alferes realista António de Araújo Jr. ou do novo diretor literário por escassos cinco meses, Sebastião Corvo de Andrade, antigo religioso e fervoroso correligionário absolutista.

Por vezes, num processo com notório menosprezo pelas diretrizes até então observadas pela Junta da Administração da Real Companhia Velha, em especial a de restrita escolha de lentes seculares sobre eclesiásticos, senão mesmo ilícitas como quando se recobrou a suprimida posição de diretor da aula de desenho. Mas, que na verdade, espelhava o despontar de uma nova tendência nos convites endereçados, a da endogamia académica por intercessões familiares e influências particulares: o filho homónimo de João Vieira Pinto, um dos meirinhos da Alçada do Porto ou Augusto Roquemont, protegido dos viscondes da Azenha e filho natural do príncipe e general do exército miguelista, Frederico de Hesse-Darmstad.

Em contraciclo, na Régia Escola de Cirurgia nenhum dos lentes foi formalmente demitido, insistindo-se na realização de concurso público para os desimpedidos substitutos de Cirurgia, no qual ficaria aprovado João Tiago Brandão (decreto de 25-08-1829), depressa convocado para lente interino da 3.^a cadeira. A direção provisória de José Salustiano Arnaud, lente da Academia e delegado do físico-mor no Porto, pouco terá alterado uma dinâmica académica pautada pela diminuição do número de alunos e as dificuldades em se conciliar ensino teórico e prática clínica com meros cinco docentes em exercício.

As únicas represálias políticas que se faziam sentir derivaram de uma representação à Coroa de julho de 1830, uma vez mais por despeito de Bernardo Campeão, por se estar a ocultar «a V. Ex.^a as circunstâncias anárquicas e a desmoralização desta Escola»³². Certamente defraudando as suas reais intenções, qualquer acusação foi movida contra o diretor Agostinho da Silveira Pinto e demais colegas em incumprimento no magistério, somente seis estudantes

31. A entrada em exercício de funções de Domingos José de Castro, irmão do lente José Avelino de Castro, e de José Silveira e Azevedo precederam ainda a vigência do novo regulamento da instituição.

32. LEMOS, 1925: 60.

foram pronunciados após inquérito por distúrbios e «foram riscados por Aviso Régio»³³ num universo de pouco mais de três dezenas de inscrições anuais³⁴.

2. As clivagens político-educativas durante a guerra civil (1832-1834)

Um novo capítulo na luta entre liberais e realistas voltava a ser esboçado em redor da cidade do Porto em alvares de 1832, após a instauração da regência de D. Pedro e do Exército Libertador pela causa legítima de D. Maria II e do constitucionalismo, que a partir do «governo dos Açores» dava um novo alento e esperança contra o invocado despotismo miguelista. Face aos crescentes boatos do regresso ao continente das forças militares liberais, em inícios de junho de 1832, os conselhos académicos da Academia da Marinha e Comércio e da Régia Escola convergem esforços, entre outras tantas instituições e particulares por todo o império, em manifestos públicos de abnegação e lealdade a D. Miguel I.

Em menos de um mês, as tropas liberais desembarcavam nas areias do Pampelido e, nesse dia 8 de julho, as direções de ambas as instituições educativas mandavam encerrar portas, numa época reservada aos exames finais que ficavam embargados à falta de novas orientações. Por fim e pela terceira vez, tomada a cidade e instalado D. Pedro com os ministros da regência, o Porto convertia-se no centro nevrálgico da luta liberal, durante um ano palco de um cerco impetuoso que iniciava a longa guerra civil.

No decurso desses dois anos, a ocupação dos espaços físicos do «ensino superior» local por hospitais de campanha, primeiro para os feridos de guerra e depois para as vítimas da epidemia de cólera, determinaram a suspensão de todas e quaisquer atividades escolares. Ainda assim, cada um dos governos antagónicos arrogava-se ao direito da sua autonomia e gestão, num mero plano utópico e inconsequente até à vitória declarada de uma das frações políticas.

33. *Real Escóla de Cirurgia do Porto*, 1831: 1124.

34. Numa breve comparação da frequência escolar anual, com uma natural ressalva da fiabilidade dos dados publicados, a média das matrículas gerais na Academia da Marinha e Comércio foi de 149 alunos entre os anos letivos de 1825-1828 e de 156 entre os anos letivos de 1828-1832; enquanto a nova Escola de Cirurgia passou de 77 matrículas para menos de metade com 36 estudantes nos respetivos intervalos temporais em análise.

2.1. O malogro do partido realista

Mal o exército miguelista recuou as suas linhas de defesa para fora do burgo, a hesitação pairou sobre estas comunidades académicas no acatar ou não da ordem para se juntarem aos batalhões militares, enquanto estes preparavam as operações de contra-ataque. Porém, a esmagadora maioria parece não a ter cumprido deliberadamente, inclusive os realistas confessos e os nomeados pelo monarca usurpador, preferindo permanecer no Porto para zelar pelos seus interesses familiares e económicos. De resto, como a regência revogara todos os despachos da chancelaria tradicionalista, as suas carreiras académicas enfrentavam um ponto sem retorno legal, mais do que provável, numa cidade sitiada às mãos dos malhados.

O próprio José Salustiano Arnaud refugiou-se na sua quinta em Arnelas — Olival, onde da outra margem do rio Douro vai prestando notícias e informações sobre os movimentos dos liberais, sem aparentemente participar ativamente nas incursões bélicas. Já na unidade do Batalhão dos Voluntários Realistas do Porto contavam-se o alferes António de Araújo Jr., o cirurgião-mor militar João Tiago Brandão, tido como desertor quando regressa logo após o final do Cerco do Porto, e o tenente Bernardo Campeão. Este depois de licenciado por motivos de saúde, seria reconduzido como físico-mor militar e acompanharia o exército até Santarém, aí falecendo após prestar os derradeiros cuidados médicos à infanta D. Maria da Assunção de Bragança.

Sem direito a amnistia após a rendição pela Convenção de Évora Monte, e confirmada a nulidade de todos os contratos do reinado miguelista, só a Academia Real foi expurgada unilateralmente de outros elementos originais: Pedro Gonçalves Salazar³⁵ e José Avelino de Castro foram considerados subversivos, João Carlos de Miranda e Pedro Soares Veloso aparentemente não foram convidados a regressar ao magistério. Quanto a Raimundo Joaquim da Costa, injustamente retaliado nos conturbados tempos que se sucederam à coroação de D. Maria II, este professor de desenho transitaria para a nova Academia Portuense de Belas Artes como lente de gravura histórica.

35. Este experiente capitão nas rotas marítimas atlânticas fora agraciado com a «medalha da real-efígie» de D. Miguel I, que solicitara em seu nome e da esposa (1830).

2.2. O florescimento do partido liberal

Em paralelo com Lisboa como sede da regência do duque de Bragança, os pedristas no Porto porfiaram na implementação de reformas estruturais que, ao desagregar a ordem do Antigo Regime, fossem decisivas para consolidar o modelo constitucional de uma forma irreversível. Neste sentido, independentemente das divergências internas e dos rumos da guerra civil, também os partidários liberais estavam conscientes da necessidade de reformular o sistema de ensino portuense, quer promovendo a sua renovação e atualização científico-pedagógica, quer garantindo a presença de docentes progressistas na formação das novas gerações portuguesas.

Ao se restituir legalmente os professores e lentes apartados de forma arbitrária por D. Miguel I, uma das primeiras preocupações dos conselheiros do regente foi o apuramento da composição fidedigna das comunidades académicas, identificando todos aqueles que há muito se encontravam ausentes e os que tinham visto os seus lugares atribuídos por nomeações agora ilícitas. Fruto das especificidades da conjuntura histórica do momento, a Escola de Cirurgia passaria por uma reorganização bem mais simples e pacífica do que a registada na Academia Real, uma vez que as valências clínicas dos resistentes foram valorizadas em convites para comissões hospitalares e sanitárias aceites pelos mesmos sem reservas.

No primeiro dos estabelecimentos, António José de Sousa, Francisco de Assis Vaz, Bernardo Joaquim Pinto e Francisco Pedro de Viterbo reclamariam os respetivos cargos, sem que, até ao triunfo liberal de 1834, fossem designados potenciais candidatos ou abertos concursos para suprir as vagas por morte de Joaquim Inácio Valente, Alexandre de Sousa Pinto e o controverso Bernardo Campeão. Na segunda instituição também os cinco titulares demitidos foram reintegrados com todos os direitos, permitindo-se a continuidade de Luís José Monteiro e de João Baptista Ribeiro, que, ao estreitar por via de encomendas artísticas os laços de amizade com D. Pedro, zelaria pela instalação do futuro «museu de pinturas, e estampas, para o qual já existe um grande fundo na Academia Real da Marinha e Comércio»³⁶.

Todavia, dado o número substancial de cadeiras livres entre realistas e perecidos nesta última, seis novos elementos foram superiormente indicados pela

36. *Illm.º e Exm.º Sr.*, 1833: 1068.

regência (Tabela 4), embora Henrique Daniel Wenck, funcionário do consulado geral britânico em Lisboa, a ele tenha renunciado para tomar parte na marcha sobre a capital já dominada pelo duque da Terceira. O ideário político terá presidido nos seus convites, pois só em dois casos não se apurou uma ligação à causa liberal: o mestre José da Natividade era um dos compromissários em Massarelos e António Lopes Alheira e José Lopes Carneiro, ex-prisioneiros da Alçada do Porto.

A figura catalisadora deste ainda inerte «ensino superior» recaiu em Agostinho da Silveira Pinto, realocado como diretor da Régia Escola e interino da Academia Real (*Decreto de 23-10-1833*), a quem coube a supervisão de reabilitar os edifícios escolares e reunir os conselhos académicos para a preparação do ano letivo de 1834-1835. Fortuitamente, poderá ter sido dele a sugestão de um intercâmbio entre a recém-fundada Real Biblioteca Pública da Cidade do Porto e ambas as bibliotecas escolares, que corporizada em lei demorou sete anos a ter aplicação prática:

Art. 11.º [...] §1.º Depois de bem e devidamente provida a Real Biblioteca publica, será doada, e incorporada na Livraria da Real Academia de Marinha, e Comércio desta Cidade um exemplar completo de cada uma das ditas Obras de que existirem dois, ou mais, e que tenham por objeto Ciências matemáticas, Navegação, Comércio, Agricultura, Indústria, e Artes, Geografia, Cronologia, História, ou quaisquer outros ramos de conhecimentos particularmente ligados com aqueles. §2.º Outro sim será doado, e incorporado na Livraria da Escola de Medicina, e Cirurgia desta Cidade um exemplar completo de cada uma das Obras, que, do mesmo modo, se acharem dobradas, e que tenham por objeto a Medicina, a Cirurgia, a História Natural, a Física, a Química, ou qualquer outra Ciência intimamente conexas³⁷.

3. A instrução pública como reflexo de um reino em mudança: conclusões

A intensidade revolucionária que caracteriza o reino de Portugal ao longo dos oito anos em análise, desde os problemas de sucessão ao trono de 1826 à plena afirmação do liberalismo em 1834, em vários dos seus episódios-chave revelam

37. *Ministerio dos Negocios do Reino*, 1833: 41.

um sincronismo intrínseco com as inclinações político-sociais que a cidade do Porto foi também vivendo. Inegavelmente, como bastião estratégico da causa liberal aí proclamada em 1820, o seu microcosmos social potencializava, com particular incidência, tanto as dissidências entre tradicionalistas e progressistas, como os avanços e recuos de todo este singular devir histórico.

A Academia Real da Marinha e Comércio e a Régia Escola de Cirurgia, cerne do «ensino superior» portuense, pelo papel formativo e educativo que lhes competia dificilmente poderiam ficar neutrais face às mudanças sistémicas anunciadas; por outro, como naturais espaços de sociabilidade, espelhavam o avolumar das clivagens quanto ao posicionamento cívico de uma elite intelectual e burguesa. De modo peculiar, os sinais de fragilidade na coesão nacional influíram nas suas dinâmicas académicas, quer pelas idiosincrasias nas suas estruturas orgânico-funcionais e missões educativas, quer na construção de identidades institucionais pouco fomentadoras de uma colaboração e complementaridade recíprocas.

Na verdade, a uma Escola de Cirurgia que manifestou em todo este período um notório pendor liberal contrapunha-se uma Academia Real bem mais fluída na sua politização, oscilando conforme a força das circunstâncias de momento, com tímidos laços de uma solidariedade académica entre professores e lentes. Assim, desvirtuando o predomínio dos naturais do Porto e da região Norte nestas comunidades académicas, a das habilitações literárias repartidas entre estes estabelecimentos locais e a Universidade de Coimbra ou até da sua civilidade em movimentos patrióticos, culturais e científicos promovidos no burgo.

Contudo, na definição da imagem político-académica de cada uma, não se deve omitir a importância das ligações ao poder central na sua gestão escolar, nem a rotatividade dos diretores nomeados como agentes de mudança e de influência política. Por exemplo, a supervisão máxima da Escola de Cirurgia pelo cirurgião-mor do reino em Lisboa proporcionava um maior poder de governo interno, conjugando o afastamento físico e a menoridade institucional para o desconhecimento da sua realidade quotidiana; quando comparado à Academia da Marinha e Comércio, onde o diretor literário prestava as suas recomendações não vinculativas à Junta da Administração da Real Companhia dos Vinhos do Alto Douro. Ora, como esta atravessava então uma fase de remodelação das suas próprias competências económico-comerciais, quaisquer decisões deveriam

ser meticulosamente ponderadas para se manter nas boas graças da Coroa, mostrando-se talvez mais subserviente aos normativos legais.

Entre anteriores críticas a um absentismo frequente de Joaquim Navarro de Andrade na Academia Real para apaziguamento de conflitos pessoais ou das sublevações estudantis, o facto é que este estava limitado superiormente na sua atuação, agravado pelo afastamento por motivos de saúde. Desde o verão de 1830 até à sua morte, este conselho académico passou a funcionar num modelo de gestão interina, presidido pelo lente proprietário em maior antiguidade, até à entrada de Sebastião Corvo de Andrade, já em fevereiro de 1832. Enquanto na Régia Escola se digladiaram, indiscutivelmente, as duas figuras cimeiras da guerra entre malhados e caceteiros neste campo da instrução pública local. O realista Bernardo Campeão, afastado da liderança pela sua ciente recusa em anuir a legitimidade régia de D. Pedro IV, e o liberal Agostinho da Silveira Pinto, que conseguiu travar qualquer represália política sobre lentes e alunos durante o seu mandato.

Por último, a perceção do parco efeito real das reformas educativas numa conjuntura tão revolucionária, fosse pelas necessidades mais prementes da vida académica quotidiana, fosse pela falta de tempo para a sua avaliação e consolidação; simbolizada pela purga política de seis lentes e 17 estudantes deste «ensino superior» e a subsequente extinção do curso de agricultura na Academia. Embora longe de um despotismo miguelista ou da sua tentativa de matizar um ideário político exclusivo, até porque a contratação de docentes no seu reinado contrasta com esse maior peso dado depois pela regência, sugere uma certa tolerância quanto à natureza da idoneidade política dos professores e lentes no magistério face ao merecimento literário, científico ou profissional.

O ano de 1834 mitigou a clivagem entre liberais e realistas no campo educativo do Porto, com os últimos definitivamente destituídos dos cargos e os estudantes gratificados por D. Maria II pela abnegação e constrangimentos na prossecução dos seus estudos, mas com a diversidade das fações constitucionalistas a gerar alguma discórdia no horizonte político. Passados cerca de dois anos, com o Setembrismo do «portuense» Passos Manuel, a ascendência deste universo académico na transfiguração institucional em Academia Politécnica e Escola Médico-Cirúrgica consagrava, enfim, o autêntico ensino superior na «sempre leal e invicta cidade».

Fontes e Bibliografia

Fontes

Fontes manuscritas

ÍNDICE DE ALUNOS da Universidade de Coimbra (1537-1919). Arquivo da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal. PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001.

MEMORIA QUE CONTÉM o extracto das Reaes Ord., e Nomeações da Illma. Junta, desde o estabelecimento da Academia Real da Marinha e Commercio desta Cidade, até 14 de Maio do corr[en]te anno de 1833: augmentada esta memoria até 12 de Maio de 1841. (1803-1851). Arquivo da Universidade do Porto, Porto, Portugal. Disponível em <<https://hdl.handle.net/10405/49458>>.

Fontes impressas

ACADEMIA R. da Marinha e Commercio. «Gazeta Official». 15 (14 jun. 1828) 3.

ARTIGOS communicados. «Gazeta de Lisboa». 121 (23 mai. 1829) 494.

ARTIGOS d'Officio da Junta Provisória. «Diário do Porto». 3 (21 mai. 1828) 2.

ARTIGOS d'Officio. «Diário do Porto». 7 (25 mai. 1828) 1.

CAMPEÃO, Bernardo P. da Fonseca (1828). *Relatorio fiel das atrocidades commettidas pela facção spoliadora de 17 de maio de 1828 contra feis Portuguezes*. Porto: Typ. de Viuva Alvarez Ribeiro & Filhos.

CORTES — Extracto da sessão de 22 de Março. «Diário do Governo». 71 (24 mar. 1823) 611-612.

CORTES — Extracto da sessão de 4 de Janeiro. «Diário do Governo». 5 (6 jan. 1823) 26.

ILLM.º e Exm.º Sr. «Chronica Constitucional do Porto». 85 (11 abr. 1833) 1068.

MACEDO, Inácio José de (1833-1834). *Collecção dos números do Velho Liberal do Douro, impressos na cidade do Porto antes da Restauração de Lisboa*. Lisboa: Imp. da rua dos Fanqueiros.

MINISTERIO dos Negocios do Reino. «Chronica Constitucional do Porto». 160 (9 jul. 1833) 39-41.

MINISTERIO dos Negócios do Reino. «Diário do Governo». 153 (1 jul. 1824) 730.

NEGOCIOS do Reino. «Gazeta Official». 12 (10 jun. 1828) 3.

O DIRECTOR e mais Empregados da Academia Real da Marinha e Commercio da Cidade do Porto dirigirão a Sua Magestade a seguinte felicitação. «Diário do Governo». 158 (7 jul. 1823) 1192-1193.

PORTO. «Imparcial». 33 (4 nov. 1826) 140.

QUARTEL General do Porto em 25 de Junho de 1828. «Gazeta Official». 25 (26 jun. 1828) 2.

REAL Erario. «Gazeta de Lisboa». 12 (14 jan. 1829) 45-46.

REAL Escóla de Cirurgia do Porto. «Gazeta de Lisboa». 265 (11 nov. 1831) 1124.

RIBEIRO, José Silvestre (1871-1878). *Historia dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, tomos I-VII.

VAZ, Francisco de Assis e Sousa (1832). *De l'influence salubre du climat de Madère (île portugaise) dans le traitement de la phthisie pulmonaire, et de la supériorité de cette influence sur celle des climats du sud de la France et de l'Italie*. Paris: Didot Le Jeune.

VELOSO, Pedro da Fonseca Serrão (1833). *Collecção de listas que contem os nomes das pessoas, que ficarão pronunciadas nas devassas, e summarios a que mandou proceder o Governo Usurpador [...]*. Porto: Typ. de Viuva Alvarez Ribeiro & Filhos.

Legislação

ALVARÁ n.º 91. In *Colecção oficial de legislação portuguesa: anno de 1824* (13 out. 1824), pp. 48-49.

ALVARÁ n.º 124. In *Colecção oficial de legislação portuguesa: anno de 1825* (25 jun. 1825), pp. 56-63.

ALVARÁ n.º 130. In *Colecção oficial de legislação portuguesa: anno de 1825* (16 ago. 1825), pp. 24-27.

ALVARÁ régio de 1803. In *Colecção oficial de legislação portuguesa: anno de 1803* (9 fev. 1803), pp. 148-150.

CARTA RÉGIA de 10-05-1826. «Gazeta de Lisboa» (22 jul. 1826) 683-684.

CARTA RÉGIA n.º 4-A. In *Collecção de todas as Leis, Alvarás, Decretos, etc.: anno de 1828* (14 jul. 1828) pp. 6-7.

DECRETO de 23-10-1833. «Chronica Constitucional de Lisboa». 78 (24 out. 1833) 413.

DECRETO n.º 137. In *Colecção oficial de legislação portuguesa: anno de 1825* (10 set. 1825), pp. 32-33.

DECRETO n.º 6-A. In *Collecção de todas as Leis, Alvarás, Decretos, etc.: anno de 1828* (9 ago. 1828) 14.

DECRETO n.º 8-I. In *Collecção de todas as Leis, Alvarás, Decretos, etc.: anno de 1828* (19 nov. 1828) 33.

OFÍCIO de 27-01-1823. «Diário do Governo». 25 (29 jan. 1823) 175.

AVISO de 06-12-1828. In RIBEIRO, José Silvestre. *Historia dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal nos sucessivos reinados da Monarchia.* Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1876, tomo V, p. 346.

AVISO RÉGIO de 25-08-1829. *Régia Escola de Cirurgia do Porto. Livro do Registo, 1828-1833,* fl. 11.

AVISO RÉGIO de 27-12-1831. In BASTO, Artur de Magalhães. *Memória Histórica da Academia Politécnica do Pôrto.* [Porto]: por ordem da Universidade do Pôrto, [1987], p. 304.

RESOLUÇÃO de 31-07-1829. In RIBEIRO, José Silvestre. *Historia dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal nos sucessivos reinados da Monarchia.* Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1876, tomo V, p. 347.

Bibliografia

ALVES, Luís Alberto; ARAÚJO, Francisco Miguel (2014). *Rumos da Internacionalização na História da U.Porto.* In TEIXEIRA, Pedro, ed. *Percursos da Internacionalização na Universidade do Porto: uma visão centenária.* Porto: UPorto Press, pp. 83-173.

BASTO, Artur de Magalhães (1937). *Memoria Histórica da Academia Politécnica do Pôrto.* Porto: Imprensa Portuguesa.

CARDOSO, António Barros (2006). *Liberais e Absolutistas no Porto (1823-1829).* In UNIVERSIDADE DO PORTO. Faculdade de Letras. DCTP-DHEPI, org. *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques.* Porto: FLUP, vol. 1, pp. 259-280.

CARVALHO, Joaquim Martins de (1868). *Apontamentos para a Historia Contemporanea.* Coimbra: Imprensa da Universidade.

FERRAZ, Maria Amélia Ricon (2013). *A Real Escola e a Escola Médico-Cirúrgica do Porto.* Porto: UPorto Press.

LEMONS, Maximiano de (1925). *História do Ensino Médico no Porto.* Porto: Tip. da «Enciclopédia Portuguesa».

MONTEIRO, Hernâni (1937). *A Escola Médico-Cirúrgica do Pôrto.* Porto: Imprensa Portuguesa.

SANTOS, Cândido dos (2006). *O Porto e a instrução pública: a Academia Real da Marinha e Comércio (1803-1837).* In UNIVERSIDADE DO PORTO. Faculdade de Letras. DCTP-DHEPI, org. *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques.* Porto: FLUP, vol. 1, pp. 415-427.

SANTOS, Cândido dos (2011). *História da Universidade do Porto.* Porto: UPorto Press.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1977). *História de Portugal.* Lisboa: Editorial Verbo, vol. 8.

TAVARES, Pedro Vilas Boas (2004). *O Norte do país e o Porto da Belfastada nas «informações» da Nunciatura de Lisboa: «Breve relação» de sucessos, na rebelião contra a realeza de D. Miguel*. In SILVA, Francisco Ribeiro da et al., org. *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: FLUP, vol. 3, pp. 1047-1062.

TORGAL, Luís Reis; VARGUES, Isabel Nobre (1997). *O liberalismo e a instrução pública em Portugal*. In ESCOLANO, Agustin; FERNANDES, Rogério, ed. *Los caminos hacia la modernidad educativa en España y Portugal (1800-1975)*. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques, pp. 69-98.